



ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
Procuradora de Contas Elissandra Monteiro Freire Alvares

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO-PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

REPRESENTAÇÃO N. *59* /2015-MP-EMFA

Diretoria do Ministério Público de Contas - DIMP RECEBIDO Em: <i>27/07/15</i> Hora: <i>8:00</i> Por: <i>Mayara M.</i>

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por intermédio de seus procuradores signatários, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático, a guarda da Lei e a fiscalização de sua execução, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e com base no disposto nos artigos 54, I e 288 da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e tendo em vista a competência positivada no artigo 54, III, VIII e IX da Constituição Amazonense, vem perante Vossa Excelência oferecer a presente **REPRESENTAÇÃO considerando a omissão em responder requisição contida no Ofício n. 130/2015-MPC-AM**, pelos fatos e fundamentos seguintes.

M^a Elissandra

Com fundamento nos artigos 93 c/c 88 da Constituição Estadual, no § único do art. 116 da Lei 2423/96 e no artigo 55 do Regimento Interno, este *Parquet* de Contas requisitou ao Prefeito do Município de Boa Vista dos Ramos informar e comprovar as medidas adotadas para assegurar o acesso ao ensino infantil de todas as crianças de 4(quatro) e 5 (cinco) anos de idade residentes no Município de Boa Vista dos Ramos.

60



ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
Procuradora de Contas Elissandra Monteiro Freire Alvares

O ofício n. 130-MPC-AM, de 27.05.2015, foi recebido na data de 09.06.2015, conforme comprova Aviso de Recebimento dos correios.

Em vista da ausência de manifestação da responsável, o fato merece ser investigado pelo Tribunal de Contas de forma ampla e irrestrita, através de inspeções *in loco* e de outras medidas cabíveis.

É o breve relato.

O art. 208 da Constituição especifica algumas das garantias mínimas relacionadas à educação a serem efetivadas pelo Estado; competindo aos Municípios, em caráter prioritário, atuar no ensino fundamental e na educação básica (CF/88: art. 211, §2º).

A Lei Federal n. 13.005, de 25.05.2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE, define como meta primeira” universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4(quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”.

A Lei Federal n. 13.005/14 dispensou, ainda, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o dever de elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em conformidade com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE, no prazo de 1 (um) ano a partir de sua publicação, isto é, até 25 de junho de 2015 (Lei Federal n. 13.005/14: art. 8º).

Em vigilância ao cumprimento dessa meta, o Ministério Público de Contas do Amazonas expediu ofício recomendando ao Poder Executivo Municipal adotar as seguintes providências:

- a) calcular o impacto financeiro anual da implementação das vagas necessárias para absorver, na pré-escola, as crianças de 4 e 5 anos no



ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
Procuradora de Contas Elissandra Monteiro Freire Alvares

Município, e apurar o custo estimado por aluno mencionado na Portaria Interministerial n. 17, de 29.12.2014, do Ministério da Educação e o da Fazenda;

- b) apurar o custo da adequação da estrutura física e de pessoal para o cumprimento de suas obrigações (obras e serviços de engenharia para a construção/ampliação de escolas e contratação de pessoal);
- c) na hipótese do Município não concluir as medidas necessárias para disponibilizar as vagas necessárias a absorver as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, implementar as ações necessárias para garantir o cumprimento do PNE, a exemplo do credenciamento de instituições particulares de ensino, pelo prazo de até dois anos, oportunidade em que deverá regularizar a oferta.

O Ofício n. 130-MPC/AM realçou, também, que, na necessidade de construir unidades de educação infantil, contatar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no sentido de obter recursos financeiros do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – ProInfância para implementar as medidas necessárias ao atingimento da meta prevista na Lei n. 13.005/14, que é de inserir na pré-escola crianças de 4 e 5 anos.

A falta de resposta ao ofício ministerial além de embaraçar o exercício de controle atribuído aos órgãos fiscalizadores pela CF/88, em seus artigos 71 e seguintes c/c com o art. 75, bem como art. 1º e incisos da Lei Estadual 2.423/96, contraria a regra constitucional da manutenção e desenvolvimento do ensino (CF/88; art. 212), que assegura a certas políticas públicas (educação) a garantia de não serem preteridas.

50



ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
Procuradora de Contas Elissandra Monteiro Freire Alvares

Pelo exposto, o Ministério Público de Contas requer a Vossa Excelência:

1. **APLICAR** a multa prevista no artigo 54, IV da Lei Estadual 2423/96, em virtude do não atendimento, sem causa justificada, à requisição do *Parquet* de Contas.
2. **DETERMINAR** a apuração do fato, mediante a apuração, a exemplo de inspeções/notificações, das medidas adotadas pelo Município para o cumprimento da meta primeira estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (Lei Federal n. 13.005/14), que é *universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3(três) anos até o final da vigência deste PNE.*
3. **DAR CIÊNCIA** a este Ministério Público acerca dos encaminhamentos e resultados alcançados.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em
Manaus (AM), 24 de julho de 2015.


ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora de Contas



ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
Procuradora de Contas Elissandra Monteiro Freire Alvares

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO-PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

REPRESENTAÇÃO N. *54* /2015-MP-EMFA

Diretoria do Ministério Público de Contas - DIMP RECEBIDO Em: <i>27/07/15</i> Hora: <i>9:00</i> Por: <i>mariana m. l.</i>

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por intermédio de seus procuradores signatários, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático, a guarda da Lei e a fiscalização de sua execução, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e com base no disposto nos artigos 54, I e 288 da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e tendo em vista a competência positivada no artigo 54, III, VIII e IX da Constituição Amazonense, vem perante Vossa Excelência oferecer a presente **REPRESENTAÇÃO considerando a omissão em responder requisição contida no Ofício n. 146/2015-MPC-AM**, pelos fatos e fundamentos seguintes.

Com fundamento nos artigos 93 c/c 88 da Constituição Estadual, no § único do art. 116 da Lei 2423/96 e no artigo 55 do Regimento Interno, este *Parquet* de Contas requisitou ao Prefeito do Município do Rio Preto Da Eva informar e comprovar as medidas adotadas para assegurar o acesso ao ensino infantil de todas as crianças de 4(quatro) e 5 (cinco) anos de idade residentes no Município do Rio Preto Da Eva.

M. Licio.

60



ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
Procuradora de Contas Elissandra Monteiro Freire Alvares

O ofício n. 146-MPC-AM, de 27.05.2015, foi recebido na data de 22.06.2015, conforme comprova Aviso de Recebimento dos correios.

Em vista da ausência de manifestação da responsável, o fato merece ser investigado pelo Tribunal de Contas de forma ampla e irrestrita, através de inspeções *in loco* e de outras medidas cabíveis.

É o breve relato.

O art. 208 da Constituição especifica algumas das garantias mínimas relacionadas à educação a serem efetivadas pelo Estado; competindo aos Municípios, em caráter prioritário, atuar no ensino fundamental e na educação básica (CF/88: art. 211, §2º).

A Lei Federal n. 13.005, de 25.05.2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE, define como meta primeira” universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4(quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”.

A Lei Federal n. 13.005/14 dispensou, ainda, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o dever de elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em conformidade com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE, no prazo de 1 (um) ano a partir de sua publicação, isto é, até 25 de junho de 2015 (Lei Federal n. 13.005/14: art. 8º).

Em vigilância ao cumprimento dessa meta, o Ministério Público de Contas do Amazonas expediu ofício recomendando ao Poder Executivo Municipal adotar as seguintes providências:

- a) calcular o impacto financeiro anual da implementação das vagas necessárias para absorver, na pré-escola, as crianças de 4 e 5 anos no



ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
Procuradora de Contas Elissandra Monteiro Freire Alvares

Município, e apurar o custo estimado por aluno mencionado na Portaria Interministerial n. 17, de 29.12.2014, do Ministério da Educação e o da Fazenda;

- b) apurar o custo da adequação da estrutura física e de pessoal para o cumprimento de suas obrigações (obras e serviços de engenharia para a construção/ampliação de escolas e contratação de pessoal);
- c) na hipótese do Município não concluir as medidas necessárias para disponibilizar as vagas necessárias a absorver as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, implementar as ações necessárias para garantir o cumprimento do PNE, a exemplo do credenciamento de instituições particulares de ensino, pelo prazo de até dois anos, oportunidade em que deverá regularizar a oferta.

O Ofício n. 146-MPC/AM realçou, também, que, na necessidade de construir unidades de educação infantil, contatar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no sentido de obter recursos financeiros do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – ProInfância para implementar as medidas necessárias ao atingimento da meta prevista na Lei n. 13.005/14, que é de inserir na pré-escola crianças de 4 e 5 anos.

A falta de resposta ao ofício ministerial além de embaraçar o exercício de controle atribuído aos órgãos fiscalizadores pela CF/88, em seus artigos 71 e seguintes c/c com o art. 75, bem como art. 1º e incisos da Lei Estadual 2.423/96, contraria a regra constitucional da manutenção e desenvolvimento do ensino (CF/88; art. 212), que assegura a certas políticas públicas (educação) a garantia de não serem preteridas.



ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
Procuradora de Contas Elissandra Monteiro Freire Alvares

Pelo exposto, o Ministério Público de Contas requer a Vossa Excelência:

1. **APLICAR** a multa prevista no artigo 54, IV da Lei Estadual 2423/96, em virtude do não atendimento, sem causa justificada, à requisição do *Parquet* de Contas.
2. **DETERMINAR** a apuração do fato, mediante a apuração, a exemplo de inspeções/notificações, das medidas adotadas pelo Município para o cumprimento da meta primeira estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (Lei Federal n. 13.005/14), que é *universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3(três) anos até o final da vigência deste PNE.*
3. **DAR CIÊNCIA** a este Ministério Público acerca dos encaminhamentos e resultados alcançados.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em
Manaus (AM), 24 de julho de 2015.


ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora de Contas